

João Pessoa - Número Três - Dezembro de 2001

Caio Prado e o processo de modernização do campo brasileiro¹

Ana Paula P. Falcão

*Graduada em Ciências Sociais
pela Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)*

Introdução

O objetivo desse trabalho é perceber a importância de Caio Prado Júnior para a Sociologia Brasileira, bem como o seu papel na conformação da sociologia e das Ciências Sociais no Brasil. Para produzir esse trabalho utilizei seus livros: *A Revolução Brasileira* (1972); *A Questão Agrária* (1981) e *Evolução Política do Brasil. Colônia e Império* (1991). Com base nesses trabalhos do autor, pude perceber que ele foi um dos responsáveis pela renovação da historiografia e Ciências Humanas brasileiras nos anos 30.

Pequena Biografia de Caio Prado Júnior

Caio Prado nasceu na cidade de São Paulo em 11 de fevereiro 1907. pertencia à aristocrática família Prado, que tinha certa tradição na sociedade paulista, e era dona de riquezas e importante participação na economia local. Caio Prado, sempre teve uma vida de conforto, estudando em bons colégios e formando-se em direito em 1928, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Caio Prado desde sua juventude teve importante participação na conjuntura política nacional. De tendência política contrária ao Velho Partido Republicano Paulista, o qual representava os interesses dos fazendeiros do café; e em oposição a essa corrente, inscreveu-se no Partido Democrático (que reunia os adversários do partido republicano) logo no ano de sua fundação. Mas, desiludindo-se com esse partido, tornou-se membro do partido comunista (o que marcaria sua carreira política daí por diante) e passou a trabalhar para a formação e organização de suas bases políticas junto ao proletariado. Manteve-se ativo na militância comunista, mas também, desempenhou outros papéis: era homem de negócios (fundou a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês) e também um grande pensador, autor de várias obras abrangendo os campos da História, Geografia, Sociologia, Economia, Política e Filosofia. Ele morreu em 1990 devido complicações de saúde consequente de um aneurisma na artéria aorta.

Caio Prado e o processo de modernização do Campo brasileiro

Caio Prado Jr. via, na experiência da luta sindical dos trabalhadores rurais da região canavieira de Pernambuco, a confirmação de suas teses acerca do campo brasileiro. O que é referido em seu livro **A Revolução Brasileira**. Partindo de uma interpretação acerca do papel desempenhado pela economia brasileira na acumulação primitiva do capital durante o período colonial, Caio Prado contestava as teses de seu partido sobre o feudalismo brasileiro, definidas a partir do paradigma da revolução burguesa. Consequentemente, tendo uma caracterização diferente do processo de formação social brasileira, suas propostas para a superação do atraso do país e, principalmente do campo, eram discordantes das propostas majoritárias no PCB. Ele extraía sua reflexão agrária de uma teoria

(definitiva) sobre o Brasil colônia. N'**A Revolução Brasileira** ele fez uma crítica metodológica mais sistematizada onde acusava cópia de modelos europeus que levava à tese da necessidade de superação de supostos restos feudais. Caio Prado criticava recorrentemente o conteúdo desta tese onde, segundo ele, se subestimavam as medidas voltadas para a regulamentação legal das relações de trabalho rural, dando prioridade absoluta à luta pela terra. Esta subestimação teria sido a causa da omissão das "forças políticas populares e de esquerda" durante o processo de tramitação do projeto de extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, ocasionando diversas "insuficiências e imperfeições" à lei.

Ao invés da superação de um suposto feudalismo, pela destruição do latifúndio e distribuição da terra, para Caio Prado, tratava-se de superar as permanências do regime de trabalho escravo. O que se faria pela valorização da força de trabalho.

A grande propriedade fundiária era vista por nosso autor a partir da perspectiva da força de trabalho assalariada. Por esta perspectiva, o aspecto mais importante do monopólio da terra era o de monopólio da oferta de trabalho, desequilibrando a relação oferta/ demanda, que regeria as relações monetárias típicas do mercado de trabalho no sistema capitalista.

Aliás, Caio Prado insiste bastante nesta caracterização das relações de trabalho, no Brasil, como relações tipicamente mercantis. Se nem sempre a transação se realiza em bases puramente monetárias, isto se deve a circunstâncias econômicas ligadas ao nível de investimento na empresa agrícola e ao nível de remuneração da mão-de-obra (coisas que, para ele, estão intimamente relacionadas). Nunca por restrições de ordem jurídica e institucional, como no sistema feudal, onde "relações de pessoa e estatutos pessoais" interferem na transação.

A solução para o atraso do campo brasileiro e mesmo da economia nacional estaria na melhoria das condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores rurais. O que criaria condições para *"transformações imediatas de grande alcance, e dentro ainda da fase atual de relações capitalistas de produção, na estrutura agrária brasileira e nas condições gerais, econômicas e sociais, de nossa economia agropecuária"*.

Isto porque, em seu esquema teórico, o baixo nível tecnológico da agropecuária brasileira e a baixa produtividade se deviam ao baixo custo da mão-de-obra e à oferta abundante de terras, o que estimularia a produção extensiva baseada em investimentos tecnológicos insignificantes. Além disso, maior remuneração significa maiores níveis de consumo, por isso o exemplo da luta dos trabalhadores rurais poder ser referido por Gregório Bezerra em trecho citado:

"Lentamente, o nível de vida dos trabalhadores começou a melhorar; começaram a comer mais e melhor. Passaram a poder até vestir melhor. Alguns substituíam as camas de varas por camas de madeira com colchões. Compravam mesas e cadeiras, até filtros para a água. Multiplicaram-se no meio deles, os rádios transistores. Os mais jovens compravam bicicletas. Mas não foram apenas os trabalhadores que se beneficiaram com o novo estado de coisas. A melhoria das condições de pagamento dos trabalhadores deu um gigantesco impulso ao setor dos comerciantes e dos pequenos empresários de transportes coletivos. O movimento de compra e venda nas feiras chegava a lembrar um formigueiro."
(Bezerra, 1979:179)

Lá, o aumento dos níveis de remuneração na agroindústria do açúcar havia levado a um imediato aquecimento das atividades comerciais regionais.

A melhoria das condições de remuneração dos trabalhadores rurais repercutiria

sobre o nível tecnológico da produção na medida em que o maior custo com a mão-de-obra obrigaria os empresários do setor a buscar uma maior produtividade, de forma a poder manter suas taxas de lucros. Este processo, indiretamente, repercutiria sobre a estrutura fundiária. Num regime de produção intensiva, baseado em investimentos tecnológicos, a terra excedente passaria a ser algo supérfluo e os custos de sua manutenção, um dispêndio desnecessário. Além disso, nos setores e lugares onde a grande produção não se adaptasse às novas condições de competitividade, haveria liberação de terras, o que pressionaria os preços da terra para baixo.

Medidas complementares como uma forte tributação territorial completariam o quadro das condições necessária a uma democratização do acesso à terra. Conseqüência deste processo: a liberação de terras ajudaria a quebrar o monopólio da oferta de trabalho pois, com terras mais baratas, o trabalhador teria a opção de trabalhar por conta própria em suas terras.

As diferenças entre esta perspectiva e o "campesinismo" de seu partido são gritantes. Em relação às conseqüências políticas de ambas as formulações, Caio Prado tinha também posição bem definida. Para ele, os movimentos de camponeses por terra eram exceções em relação ao conjunto da luta dos trabalhadores do campo e se limitavam a regiões de menor importância econômica, restringindo-se a "regiões e situações excepcionais, como é o caso dos posseiros das zonas pioneiras (oeste paranaense, Goiás...) e dos foreiros de algumas restritas zonas de importância secundária do Nordeste. Por isso, a luta camponesa pela terra não poderia, do seu ponto de vista, ser generalizada para todo o movimento de trabalhadores rurais. Era uma luta que não correspondia às reais condições sócio-econômicas do país, apenas satisfazia o modelo da "revolução burguesa", importado de outras realidades.

Não satisfazia, também, aos anseios dos trabalhadores que, para Caio Prado, lutavam, majoritariamente, por seus interesses de assalariados.

Caio Prado autor fidelíssimo à história do Brasil tinha a convicção da necessidade de buscar em nosso passado a explicação para as condições do presente. O instrumental teórico para a interpretação teria de ser o fornecido pelo marxismo, mas não a partir dos conceitos estabelecidos para outras realidades que não a nossa. O marxismo deveria ser aplicado à interpretação da realidade brasileira, como diz o subtítulo de seu livro de 1932: Ensaio de Interpretação materialista da História do Brasil.

Caio Prado escrevia sobre os movimentos de luta pela terra nas décadas de 1950 e 1960 com os olhos voltados para outro momento da história do Brasil já analisado por ele muitos anos antes. Em seu livro de 1933 (Evolução Política do Brasil), ao se referir aos acontecimentos ligados à emancipação política do país, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade das mudanças, imposta pelo desenvolvimento econômico, irá apontar os aspectos políticos que evidenciam seu caráter de "*arranjo político*", o "*ambiente de manobras de bastidores*" que caracterizou aquele processo (p. 52). No livro, procura ressaltar a emergência de um movimento popular, contrapondo-se à historiografia voltada para os heróis e grandes homens. Por outro lado, aquele mesmo desenvolvimento econômico não era ainda suficiente para forjar um movimento popular capaz de determinar os rumos do processo político. Os movimentos e agitações das camadas populares, por isso, se ressentiriam ainda de falta de maturidade política para impor suas reivindicações. Assim, acabam prevalecendo, dentro do bloco político interessado na autonomia nacional, os interesses das "*classes superiores da colônia*" (pp. 50-51).

Caio Prado, neste livro, nos mostra como movimentos populares sem conseqüência

programática são capazes de detonar processos políticos que arrastam setores dominantes descontentes, mas são incapazes de assumir a direção daqueles mesmos processos. Acabam por transformar-se em *"tropelias"*, *"desordens"*, *"agitações"* que não têm forças suficientes para impedir as manobras de bastidores, os arranjos políticos por cima que excluem os setores populares que detonaram os processos de mudanças.

Parece que é isto que ele teme que ocorra com os explosivos movimentos de camponeses das décadas de 50 e 60, inclusive os movimentos de Ligas Camponesas.

Para fugir ao risco da *"agitação estéril"*, Caio Prado aponta para a necessidade de um programa político conseqüente e coerente com a realidade nacional, capaz de *"assentar como e por que meios se poderá modificar essa situação"*.

A solução deveria ser encontrada no campo da política. O pessimismo do diagnóstico é imediatamente dissolvido pelo otimismo do receituário: basta que as *"forças políticas populares e progressistas"* adotem um programa político concorde com a realidade do campo brasileiro, saindo, desta forma, da estéril agitação. Para a formulação deste programa Caio Prado oferece sua contribuição. Não podemos dizer que ele tenha conseguido realizar esse programa político para a revolução brasileira.

Apesar de sua crítica ampla às formulações de seu partido, Caio Prado ainda mantém importantes pontos de aproximação com o PCB e com todo o pensamento desenvolvimentista, especialmente no que diz respeito a uma supervalorização dos elementos conservadores, secundarizando os modernizadores. Operava-se, ainda, numa lógica tendente a verificar os obstáculos ao desenvolvimento. Esta lógica dos obstáculos, que obscurece os aspectos de modernização e complexificação da sociedade, não lhe permite enxergar alternativas fora da intervenção estatal. Frente à contradição entre a necessidade de desenvolvimento de um mercado interno e os interesses privados já que, segundo ele, não estava posta na ordem do dia a abolição da propriedade privada, propõe a manutenção do setor privado, mas sob controle do Estado.

Os próprios agentes da modernização representada pela superação definitiva dos resíduos do trabalho escravo na ótica de Caio Prado os sindicatos rurais eram instâncias que não saíam da órbita estatal e dependiam de ação estatal, tanto para terem seu reconhecimento oficial, quanto para obterem a consolidação de suas conquistas em leis.

O reconhecimento dos sindicatos rurais trazia uma importante implicação política, que, na verdade, já se encontrava estabelecida desde o pedido de reconhecimento, senão desde a intenção de fazer o pedido. Pretender obter o reconhecimento oficial de uma entidade sindical significava aceitar as condições estatutárias, os critérios de representatividade, os encaminhamentos estabelecidos pela legislação e demais atos decisórios de diferentes instâncias do poder público e, ainda, significava reconhecer a autoridade do Estado para estabelecer critérios para o funcionamento de entidades representativas de trabalhadores. Assim não só as vantagens de estar dentro da lei tinham como contrapartida a aceitação da institucionalidade vigente, como também reforçam as expectativas dos trabalhadores em relação àquela institucionalidade. Por esta via, os sindicatos poderiam ser encarados como um canal de incorporação, de integração, como um instrumento de universalização do Estado para um contingente enorme de pessoas que tinham com o Estado uma relação ainda muito indireta, geralmente medida pelos coronéis locais.

Conclusão

Caio Prado Júnior, foi indiscutivelmente um dos maiores nomes da historiografia brasileira deste século. Ele de fato teve importante destaque na sociologia brasileira, sobretudo por nas suas análises sobre história colonial do Brasil, trazer uma visão marxista e materialista nunca tentada antes; suas análises contém uma proposta renovadora e concebe o homem como ponto fundamental da história: o ser humano constrói a sua trajetória histórica, por tanto está em suas mãos transformá-la. Ele é um nome indispensável na estante de quem pensa em compreender o desenvolvimento do país.

Bibliografia

- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CHILCOTE, Ronald. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1972.
_____. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
_____. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Nota

1) Monografia de conclusão da disciplina "Sociologia Brasileira", ministrada pelo Prof. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, no Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), no período letivo 2000.2.